

Direitos e Territórios Indígenas

Contextualização

Os povos indígenas e seus territórios têm um papel fundamental na manutenção das florestas, na conservação da biodiversidade e na mitigação das mudanças climáticas. Atualmente, no Brasil, vivem cerca de 1,7 milhão de indígenas, pertencentes a 305 etnias¹, e o país tem feito avanços importantes no desenvolvimento de políticas sociais culturalmente adequadas aos povos indígenas e com participação ativa e protagonizada por essas comunidades.

Por outro lado, persistem grandes desafios na garantia de proteção e segurança e na falta de políticas públicas que favoreçam o fortalecimento dos povos indígenas. A não demarcação de territórios indígenas representa outro fator que contribui para a vulnerabilidade desses grupos, com riscos à própria sobrevivência física e cultural. Essa vulnerabilidade reflete-se em altos indicadores de mortalidade, violência, desnutrição, saúde, escolarização e acesso a serviços básicos.

A FUNAI contabiliza atualmente, em todo o país, 761 territórios indígenas que se encontram em diferentes estágios de regularização fundiária e destes, apenas 475 (62,4%) estão totalmente regularizados. Nos últimos dois anos houve avanços no processo de regularização fundiária de territórios indígenas e homologação de novos territórios, mas a demanda continua sendo alta e desafiadora.

A demarcação de terras indígenas é uma pré-condição importante para a garantia dos direitos dos povos indígenas à terra, para a preservação da identidade e para evitar conflitos fundiários.

Para a garantia desses direitos, além da regularização, é importante garantir a posse plena dos territórios indígenas, por meio da implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI (Decreto nº 7.747/2012), que tem como um de seus instrumentos os Planos de Gestão Territorial e Ambiental - PGTA.

Os planos ambientais e de gestão territorial (PGTAs) dos territórios indígenas, quando existem, são em sua maioria elaborados e implementados pelos próprios povos indígenas. No entanto, muitas vezes há falta de recursos financeiros e dificuldade das organizações indígenas de acessar diretamente mecanismos financeiros para a execução dos planos e outros instrumentos de gestão ambiental e territorial.

Nome do projeto	Direitos e Territórios Indígenas
Por encargo do	Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ)
Parceiro político	Ministério dos Povos Indígenas (MPI)
Parceiro de execução	Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)
País	Brasil
Agência executora	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH
Investimento	3.000.000 EUR
Duração	01/06/2024 - 31/05/2027

Tanto a demarcação de terras indígenas como a implementação efetiva da PNGATI requerem instituições indigenistas fortes. Por isso, o fortalecimento institucional do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e da FUNAI, como principais instituições governamentais, como das próprias organizações indígenas e - órgãos colegiados com participação da sociedade civil, como o Conselho Nacional da Política Indigenista – CNPI e o Comitê Gestor da PNGATI – CG PNGATI, são chave para a segurança dos direitos e territórios indígenas.

Objetivos

O projeto tem como objetivo principal fortalecer a segurança dos territórios indígenas, a partir de uma abordagem holística, visando à integridade territorial e os direitos dos povos indígenas.



¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística—IBGE (2022)



Nossa abordagem

Para o alcance desse objetivo, o projeto conta com o apoio de organizações indígenas de representação nacional, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a Associação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA). Assim, o projeto conta com uma governança tripartite, da qual fazem parte a GIZ, o Governo Brasileiro e as organizações indígenas.

O projeto atua em três componentes, com foco em:

- Componente 1: fortalecimento das instituições indigenistas, MPI e FUNAI, por meio do desenvolvimento de competências e capacidades para a proteção territorial, da articulação e da elaboração de estratégias interinstitucionais de proteção territorial e do fortalecimento dos órgãos colegiados com participação das organizações indígenas.
- Componente 2: regularização fundiária de territórios indígenas, por meio de medidas orientadas para a garantia legal dos territórios indígenas, da otimização dos processos de regularização e de proteção legal dos territórios indígenas e da melhoria dos sistemas, procedimentos e gestão de dados e informações.
- Componente 3: implementação da PNGATI, por meio da troca de experiências de proteção territorial das organizações indígenas, do fortalecimento das organizações indígenas e do acesso direto a fontes de financiamento pelas organizações e povos indígenas para a elaboração e execução de instrumentos de gestão territorial e ambiental.

Gênero é um tema transversal em todas as componentes do projeto, mas o protagonismo e participação de mulheres indígenas tem especial destaque na execução da terceira componente.

As três componentes, com o envolvimento dos diferentes atores nos níveis de gestão e execução do projeto, compõem o que se chama no projeto de abordagem holística quanto a integridade e proteção dos territórios indígenas.

Resultados esperados

O projeto Direitos e Territórios Indígenas espera alcançar um conjunto de resultados que contribuirão para a segurança dos territórios indígenas:

- MPI e FUNAI são fortalecidos em suas capacidades técnicas para proteger os direitos e territórios indígenas.
- Os procedimentos do MPI e da FUNAI para a proteção legal dos territórios indígenas estão otimizados.
- A implementação da PNGATI avança no que diz respeito à proteção dos territórios indígenas, em especial com a participação das mulheres.



<p>Editor</p>	<p>Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH Sede da GIZ: Bonn e Eschborn</p> <p>GIZ Agência Brasília SCN Quadra 01 Bloco C Sala 1501 Ed. Brasília Trade Center 70711-902, Brasília-DF T +55 61 2101 2170 giz-brasilien@giz.de www.giz.de/brasil</p>	<p>Parceiros</p>	<p>Ministério dos Povos Indígenas (MPI) Esplanada dos Ministérios, Bloco C Brasília – DF</p> <p>Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) SCS – Quadra 09 Bloco B Ed. Parque Cidade Corporate Brasília – DF</p>
<p>Responsável</p>	<p>Johanna Kirchner</p>	<p>Por encargo do</p>	<p>Ministerio Federal da Cooperação Econômica e de Desenvolvimento (BMZ)</p>
<p>Layout</p>	<p>Catarina Oliveira</p>	<p>Endereço do BMZ</p>	<p>BMZ Bonn Dahlmannstraße 4 53113 Bonn, Alemanha T +49 (0)228 99 535-0 F +49 (0)228 99 535-3500</p> <p>BMZ Berlim Stresemannstraße 94 10963 Berlin, Alemanha T +49 (0)30 18 535-0 F +49 (0)30 18 535-2501</p>
<p>Publicado em</p>	<p>Janeiro 2025</p>		<p>poststelle@bmz.bund.de www.bmz.de</p>